



Estado do Pará  
Tribunal de Contas dos Municípios

# *Código de Ética dos **Membros** do TCM-PA*

**RESOLUÇÃO Nº 005/2015/TCM-PA,  
de 28 de maio de 2015**

(Com as alterações da Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016 – DOE nº 027/2016, de 18/02/16).

**Institui o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências**

## CÓDIGO DE ÉTICA DOS MEMBROS DO TCM-PA

**RESOLUÇÃO N.º 005/2015/TCM-PA, de 28 de maio de 2015.** (DOE n.º 157/2015, de 01/09/15). (Com as alterações da Resolução Administrativa n.º 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016 – DOE n.º 027/2016, de 18/02/16).

*Institui o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II da Lei Complementar n.º 084 de 27 de dezembro de 2012** e **art. 3º do Ato n.º 16, de 17 de dezembro de 2013**, por intermédio desta resolução, de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis; e,

**CONSIDERANDO** que a missão institucional desta Corte de Contas é assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e moralidade, exercida mediante o controle externo da Administração Pública e de Particulares, a quando da gestão de recursos públicos, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

**CONSIDERANDO**, ainda, que para o cumprimento dessa missão constitucional, exige-se de seus Membros elevados padrões de conduta e comportamento ético, de forma a permitir que os seus jurisdicionados, a sociedade e demais entidades que se relacionem com esta Corte de Contas possam reconhecer a integridade e a lisura daqueles que desempenham tal *mínus público*, no desenvolvimento de suas funções institucionais;

**CONSIDERANDO** que a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, em Sessão Ordinária realizada no dia 09 de novembro de 2000, no Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, aprovou, por unanimidade, o Projeto de Código de Ética para os Tribunais de Contas do Brasil.

### **RESOLVE:**

SUBSCREVER E ADOTAR O CÓDIGO DE ÉTICA DA ATRICON, COMO O CÓDIGO DE ÉTICA DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NA FORMA REGULAMENTADA POR ESTA RESOLUÇÃO.

## **TÍTULO I**

### **Disposições Preliminares**

**Art. 1º** – Fica instituído o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM-PA, conforme permissivo do **art. 2º, II da Lei Complementar n.º 084 de 27 de dezembro de 2012** e do **art. 3º do Ato n.º 16, de 17 de dezembro de 2013**.

**Art. 2º** – São Membros do TCM-PA, para os fins de aplicação deste Código, os Conselheiros e os Auditores Substitutos de Conselheiro.

**Art. 3º** – Este Código tem por objetivo:

- I** – Tornar claras as regras éticas de conduta dos Membros do **TCM-PA**, para que a sociedade possa aferir a sua integridade e a lisura do processo da apreciação das contas públicas;
- II** – Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos do **TCM-PA**;
- III** – Assegurar aos Membros do **TCM-PA** a preservação de sua imagem e reputação, quando seu comportamento se pautar pelas normas éticas aqui estabelecidas;
- IV** – Estabelecer regras específicas sobre conflito de interesses públicos e privados e limitações às atividades profissionais posteriores ao exercício do cargo;
- V** – Reduzir a possibilidade de conflito entre o interesse privado e o dever funcional de titular de cargo de Conselheiro e Auditor Substituto de Conselheiro do Tribunal de Contas;
- VI** – Estimular, no campo ético, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os setores público e privado.

## **TÍTULO II**

### **Dos Princípios Gerais**

**Art. 4º** – Os Membros do **TCM-PA** observarão, no exercício de suas funções, os padrões éticos de conduta a elas inerentes, visando preservar e ampliar a confiança do público na integridade, objetividade, imparcialidade e no decoro da Administração Pública, devendo adotar os seguintes princípios:

- I** – Lisura e propriedade, inclusive no que concerne à relação entre suas atividades públicas e particulares;
- II** – Decoro inerente ao exercício da função pública;
- III** – Os Membros do **TCM-PA** organizarão seus negócios privados de maneira a prevenir a ocorrência, real, potencial ou aparente, de conflito com o interesse público, que prevalecerá sempre sobre o interesse privado.

## **TÍTULO III**

### **Dos Deveres**

**Art. 5º** – Constituem deveres a serem observados pelos Membros do **TCM-PA**:

- I** – Não opinar publicamente sobre a honorabilidade e o desempenho funcional de outra autoridade pública;
- II** – Não criticar ou emitir juízo, publicamente, sobre voto ou decisão de seus pares.
- III** – Ser leal, respeitoso, solidário, cooperativo e cortês;
- IV** – Defender a competência da Instituição de Controle Externo;
- V** – Zelar incondicionalmente pela coisa pública;
- VI** – Velar pelo cumprimento da Lei Orgânica, Regimento Interno e deste Código de Ética;
- VII** – Denunciar quaisquer atos ou fatos que venha sofrer ou conhecer que protelem a decisão dos feitos, limitem sua independência ou criem restrições à sua atuação;
- VIII** – Desempenhar suas atividades com honestidade, objetividade, diligência, imparcialidade, independência, dignidade e dedicação;
- IX** – Não perceber vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvadas aquelas sujeitas às normas de reciprocidade, oferecidas às autoridades estrangeiras;
- X** – Denunciar qualquer infração a preceito deste Código da qual tiver conhecimento;
- XI** – Manter boa conduta;
- XII** – Manter, no Tribunal de Contas, a ordem das Sessões Plenárias e Reuniões Administrativas;
- XIII** – Informar, na forma da lei, sua situação patrimonial, além da Declaração de Bens e Rendas.
- XIV** – Não atuar como preposto ou procurador em processo do qual tenha participado em razão do cargo;

**XV** – Declarar-se impedido nos processos em que:

- a)** Deter, ou tiver detido, a posição de parte;
- b)** Interveio como mandatário, oficiou como órgão do Ministério Público ou prestou depoimento como testemunha;
- c)** Esteja postulando ou tiver postulado, como advogado da parte, interessado ou jurisdicionado, seu cônjuge, companheiro(a) ou qualquer parente seu consanguíneo ou afim em linha reta, ou na linha colateral até o segundo grau;
- d)** For cônjuge, companheiro(a), parente consanguíneo ou afim de alguma das partes em linha reta, ou na colateral, até o terceiro grau;
- e)** For órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte ou interessada na causa.

**XVI** – Declarar sua suspeição quando:

- a)** For amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes;
- b)** For herdeiro presuntivo, donatário, doador ou empregador de parte ou interessado;
- c)** A parte, o interessado ou ente jurisdicionado for credor ou devedor do julgador, de seu cônjuge ou companheiro(a), ou de parentes destes, em linha reta ou colateral até o terceiro grau;
- d)** Receber dádivas antes ou depois de iniciar o processo ou aconselhar partes, interessados ou jurisdicionados acerca do processo;

§1º – Poderá ainda, o julgador, declarar-se suspeito por motivo íntimo.

§2º – Os Membros do **TCM-PA** deverão balizar suas próprias condutas de acordo com as regras de comportamento e de gestão financeira aplicáveis na apreciação das contas de terceiros.

**XVII** – Aos Membros do **TCM-PA** é vedada a prática da advocacia administrativa.

**Art. 6º** – Em quaisquer das hipóteses de incidência de impedimento ou suspeição, tanto para relatoria de processos, quanto para proferir voto, a quando de julgamento em Plenário, caberá ao Conselheiro fazer constar, expressamente, as razões de fato e de direito que lhe impedem de atuar nos autos.

**Art. 7º** – São deveres dos Membros do **TCM-PA** em relação aos Poderes Públicos e Instituições Fiscalizadas:

- I** – Zelar pela adequada aplicação das normas constitucionais e das leis;
- II** – Exercer as prerrogativas do cargo com dignidade e respeito à coisa pública;
- III** – Receber respeitosamente as autoridades públicas, as partes, os ordenadores e terceiros interessados;
- IV** – Zelar pela celeridade de tramitação dos processos;
- V** – Participar de atividades e representações, quando designado pela Presidência do Tribunal.

**Art. 8º** – São deveres dos Membros do **TCM-PA** em relação à Sociedade:

- I** – Atuar de forma eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega, exceto em respeito às normas legais;
- II** – Desempenhar suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos processos que lhe sejam submetidos;
- III** – Atuar de maneira imparcial, buscando nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo tratamento isonômico entre os jurisdicionados, e evitando todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito;
- IV** – Ter como prioritário, em todas as suas atividades, o interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis do País;
- V** – Privilegiar a transparência de suas atividades, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplados em lei ou no Regimento Interno deste TCM-PA;
- VI** – Velar para que os atos processuais se celebrem com a máxima pontualidade e para que os processos a seu cargo sejam solucionados em um prazo razoável, reprimindo toda e qualquer iniciativa dilatória ou atentatória à boa-fé processual;

**VII** – Primar pela cortesia para com os colegas, os membros do Ministério Público, os advogados, os servidores, as partes e todos quantos se relacionem com as atividades jurisdicionais e administrativas deste TCM-PA, impondo-se a utilização de linguagem escorreita, polida, respeitosa e compreensível.

**VIII** – Adotar comportamentos e decisões que sejam o resultado de juízo justificado racionalmente, após haver meditado e valorado os argumentos e contra-argumentos disponíveis, à luz do Direito aplicável, especialmente ao proferir decisões, incumbindo ao Conselheiro atuar de forma cautelosa, atento às consequências que pode provocar, privilegiando a preservação do patrimônio público e a proteção à sociedade.

## TÍTULO IV

### Das Vedações

**Art. 9º** – É vedado aos Membros do Tribunal de Contas:

**I** – Valer-se, em proveito próprio ou de terceiros, de informação privilegiada, ainda que após seu desligamento do cargo;

**II** – Utilizar, para fins privados, de servidores, bens ou serviços exclusivos da administração pública;

**III** – Discriminar subordinado e jurisdicionado por motivo político, ideológico ou partidário, de gênero, origem étnica, idade ou portador de necessidades especiais;

**IV** – Descurar-se do interesse público, conforme expresso na Constituição Federal e nas leis vigentes do País;

**V** – Manifestar convicções políticas e partidárias em relação a indivíduos, grupos ou organizações;

**VI** – A participação em Conselhos ou Comissões de órgãos ou entidades jurisdicionadas pelo Tribunal de Contas;

**VII** – Manifestar-se previamente sobre matéria sujeita à sua decisão ou de cujo processo decisório venha a participar;

**VIII** – A participação em conselhos, comissões de entidades privadas que tenham por finalidade fins lucrativos ou exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, sem remuneração;

**IX** – Permitir a afixação de qualquer propaganda política em veículos, terrenos ou benfeitorias de seu domínio e uso pessoal.

**X** – Dedicar-se à atividade político-partidária.

**XI** – Exercer atividade empresarial, exceto na condição de acionista ou cotista e desde que não exerça o controle ou gerência.

**XII** – Exercer procedimento incompatível com a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

**Parágrafo único** – Os Membros do TCM-PA não tratarão de questões relacionadas ao seu âmbito de competência funcional com quem possa ter interesse afetado por sua decisão, salvo em reunião oficial, da qual se manterá registro sumário.

## TÍTULO V

### Do Conselho de Ética

**Art. 10º** – O Conselho de Ética compõe-se de 03 (três) Conselheiros, com mandato de 02 (dois) anos, cuja Presidência restará reservada ao Conselheiro Corregedor.

**§ 1º** – Os demais Membros do Conselho de Ética serão eleitos, pelos Conselheiros efetivos, para um mandato de 02 (dois) anos.

**§ 2º** – Os membros do Conselho de Ética serão substituídos na vacância ou impedimento pelo Conselheiro mais antigo, em exercício no TCM-PA.

**Art. 11** – Compete ao Conselho de Ética:

**I** – Receber denúncias contra os Membros do Tribunal de Contas;

**II** – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas; (NR) (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**III** – Dar parecer sobre a adequação das imposições que tenham por objeto matéria de sua competência;

**IV** – Propor ao Tribunal Pleno a aplicação das penalidades, na forma dessa Resolução;

**V** – Propor projetos de lei e resoluções atinentes à matéria de sua competência, visando manter a unidade deste Código;

**VI** – Zelar pela aplicação deste Código e da legislação pertinente e pela imagem do Tribunal de Contas;

**Art. 12** – Aos Conselheiros integrantes do Conselho de Ética compete:

**I** – Manter discricção e sigilo sobre a matéria inerente à sua função;

**II** – Estar presentes a todas as reuniões da Comissão, exceto por motivo previamente justificado ao seu Presidente.

**Parágrafo único** – O membro da Comissão que transgredir qualquer dos preceitos deste Código será automaticamente desligado da Comissão e substituído, até a apuração definitiva dos fatos, sendo vedada a sua indicação ou recondução quando penalizado em virtude da transgressão das normas de ética estabelecidas por este Código.

## TÍTULO VI

### Do Processo Ético

**Art. 13** – O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três). (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**Parágrafo único** – Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos. (NR) (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**Art. 14** – Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado. (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

§1º – Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto. (NR) (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

§2º – Desacolhida a defesa prévia, será instaurado o processo, intimando-se o interessado para apresentar defesa, especificando as provas que pretenda produzir.

§3º – Produzidas as provas, no prazo de 15 (quinze) dias será o processo relatado pelo seu Presidente e julgado em sessão sigilosa do Tribunal Pleno.

§4º – Da decisão caberá recurso com efeito suspensivo, a ser interposto, no prazo de quinze dias, ao próprio Conselho de Ética.

§5º – Na hipótese de processo ético iniciado de ofício pelo Conselho de Ética, deverá o mesmo recorrer da decisão Plenária, quando condenatória, devendo ser intimado o interessado para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar defesa, com juntada de documentos.

## TÍTULO VII

### Das Infrações Disciplinares

**Art. 15** – A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional. (NR) (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**Art. 16** – A violação das normas estipuladas neste Código acarretará, conforme sua gravidade, as seguintes sanções:

**I** – Recomendação;

**II** – Advertência confidencial em aviso reservado; (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**III** – Censura ética em publicação oficial; (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**IV** – REVOGADO. (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**§1º** – As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional. (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

**§2º** – É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo. (NR) (Alterado conforme Resolução Administrativa nº 005/2016/TCM-PA, de 16/02/2016)

## **TÍTULO VIII**

### **Das Disposições Finais**

**Art. 17** – A Comissão de Ética encarregar-se-á de propiciar aos Membros do **TCM-PA** a frequência a cursos de especialização e aperfeiçoamento que versarem sobre matérias afetas a sua área de atuação.

**Art. 18** – Compete ao Conselheiro-Corregedor e/ou ao Conselho de Ética promover a permanente revisão e atualização do Código de Ética, o qual será regulamentado em ato próprio do Tribunal.

**Art. 19** – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do TCM-PA.

**Art. 20** – Aplica-se, subsidiariamente a este Código de Ética, o Código de Ética da Magistratura Nacional, aprovado em 06.09.08, na 68ª Sessão Ordinária Nacional de Justiça e publicado no DJ de 18.09.08.

**Art. 21** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

*Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 28 de maio de 2015.*

Conselheiro CEZAR COLARES  
Presidente

SÉRGIO LEÃO  
Conselheiro Vice-Presidente  
MARA LÚCIA  
Conselheiro Ouvidora  
JOSÉ CARLOS ARAÚJO  
Conselheiro

DANIEL LAVAREDA  
Conselheiro Corregedor  
ALOÍSIO CHAVES  
Conselheiro  
ANTÔNIO JOSÉ  
Conselheiro

## **RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016/TCM-PA, de 16 de fevereiro de 2016.**

ALTERA A REDAÇÃO DE ARTIGOS DA RESOLUÇÃO Nº 005/2015/TCM-PA, DE 28 DE MAIO DE 2015, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE ÉTICA DOS MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

**Considerando** a necessidade de correção e adequação na redação de artigos específicos do Código de Ética dos Membros deste Tribunal;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** – O Inciso II do art. 11 da **Resolução nº 005/2015/TCM-PA, de 28 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 11º.** .....

**II** – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas; (NR)

**Art. 2º**– O art. 13 da referida **Resolução, passa a vigorar com a seguinte redação**, acrescido do seguinte parágrafo único:

**Art. 13º** – O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três).

**Parágrafo único** – Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos. (NR)

**Art. 3º.** O art. 14 da referida **Resolução, passa a vigorar com as seguintes alterações:**

**Art. 14º.** Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

**§1º** – Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto. (NR)

**Art. 4º** – O art. 15 da referida **Resolução, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**Art. 15º** – A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional. (NR)

**Art. 5º** – O art. 16 da referida **Resolução, passa a vigorar com as seguintes alterações:**

**Art. 16º.** .....

**II** – Advertência confidencial em aviso reservado;

**III** – Censura ética em publicação oficial;

**IV** – REVOGADO.

**§1º** – As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional.

**§2º** – É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo. (NR)

**Art. 6º** – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios, em 16 de fevereiro de 2016.



## NOTA TÉCNICA

**Art. 11** – .....

**II** – Instruir processos éticos contra os Membros do Tribunal de Contas;

**Explicação:**

A versão original do Inciso II prevê “Instruir processos **disciplinares** ...”, todavia a competência para instrução de processo disciplinar é do Corregedor, nos termos da Lei Orgânica e RITCM-PA.

**Art. 13** – O processo ético poderá ser instaurado de ofício ou por representação fundamentada, e com identificação completa do interessado, acompanhada da documentação com a qual pretende provar o alegado e, se for o caso, arrolando testemunhas, limitadas a 03 (três).

Parágrafo único. Na hipótese de representação, a Comissão de Ética poderá, de ofício, por meio de decisão fundamentada, determinar o arquivamento dos autos.

**Explicação:**

A versão original do *caput* do art. 13 prevê “O processo ético **será** instaurado ...”, mas não prevê a identificação do interessado, e as modificações inseridas se referem, no primeiro caso, à possibilidade do processo ético ser instaurado, e, no segundo caso, pelo fato de que a legislação em vigor veda o anonimato.

Com a inclusão do parágrafo único concebe-se a possibilidade de arquivamento de ofício, pela Comissão, quando a representação não reunir condições de prosseguimento.

**Art. 14** – Precederá à instauração, a audiência do requerido, que, intimado, apresentará manifestação prévia, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, por si ou por advogado legalmente habilitado.

§1º – Acolhida preliminarmente a manifestação prévia, o processo será arquivado, não podendo, pelos mesmos motivos, ser reaberto.

**Explicação:**

A versão original do *caput* do art. 14 prevê “Precederá à instauração, a audiência do **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.

A inclusão da palavra “... **prévia**” no §1º objetiva possibilitar melhor distinção entre a manifestação prévia e a defesa.

**Art. 15** – A transgressão de preceito deste Código constitui infração ética, sujeitando o infrator às penalidades na forma estabelecida neste Código, sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional.

**Explicação:**

A inclusão da expressão “... **sem prejuízo daquelas previstas em legislação infraconstitucional**” está em conformidade ao previsto pela ATRICON.

**Art. 16** – .....

**II** – Advertência confidencial em aviso reservado;

**III** – Censura ética em publicação oficial.

**IV** – REVOGADO.

§1º – As penalidades previstas neste artigo deverão ser expressas, por ordem do Presidente, e sem qualquer outra formalidade, anotadas na ficha funcional.

§2º – É vedada a expedição de certidão da penalidade aplicada, salvo quando requerida pelo próprio requerido ou, devidamente justificada, por autoridade pública para instrução de processo.

**Explicação:**

A inclusão da expressão “... **confidencial em aviso reservado**” no Inciso II, e da expressão “... **em publicação oficial**” no Inciso III, do art. 16, decorrem da necessidade de explicitação das formas de aplicação dessas penalidades, em conformidade à legislação vigente.

A versão original do Inciso IV prevê “**Proposta de demissão à autoridade hierarquicamente superior, quando houver fundamentação legal para tanto**”, todavia não cabe esta sanção aos Membros do TCM-PA.

A versão original do §1º prevê “As penalidades previstas neste *caput* ...”, mas o texto correto é “... neste artigo”.

A versão original do §2º prevê “... salvo quando requerida pelo próprio **interessado** ...”, e a substituição de interessado para requerido objetiva tornar mais claro e diferenciado do interessado que ingressa com a representação.